



PROJETO DE LEI Nº 0087-11, DE 27 DE JULHO DE 2011.

Autoriza o Poder Executivo a contratar operação de crédito junto ao Banco do Brasil S.A.

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a contratar operação de crédito junto ao Banco do Brasil S.A., até o valor de R\$ 113.082,00 (cento e treze mil e oitenta e dois reais), observado as disposições legais e contratuais e em vigor para as operações de crédito do Programa um Computador por Aluno, instituído pela Lei nº 12.249, de 14 de junho de 2010 (PROUCA).

Parágrafo Único. Os recursos provenientes da operação de crédito autorizada no “caput” serão obrigatoriamente aplicados na aquisição de computadores portáteis novos, com conteúdos pedagógicos, para alunos das redes públicas da educação básica no âmbito do Programa um Computador por Aluno, nos termos da Resolução CMN nº 3.770, de 03.08.2009, CMN nº 3.780, de 26.08.2009 e suas alterações.

Art. 2º Para pagamento do principal, juros e outros encargos da operação de crédito, fica o Banco do Brasil autorizado a debitar na conta-corrente mantida em sua agência, a ser indicada no contrato, onde são efetuados os créditos dos recursos do Município, ou, na falta de recursos suficientes nessa conta, em quaisquer outras contas de depósito, os montantes necessários à amortização e pagamento final da dívida, nos prazos contratualmente estipulados.

& 1º. No caso de os recursos do Município não serem depositados no Banco do Brasil, fica a instituição financeira depositária autorizada a debitar, e posteriormente transferir os recursos a crédito do Banco do Brasil, nos montantes necessários à amortização e pagamento final da dívida, nos prazos contratualmente estipulados, na forma estabelecida no *caput*.

& 2º. Fica dispensada a emissão da nota de empenho para a realização das despesas a que se refere este artigo, nos termos do §1º, do art. 60, da Lei 4.320, de 17 de março de 1964, se no presente caso, houver previsão legal.

PREFEITURA DE ITAQUI - RS



GABINETE DO PREFEITO

Art. 3º Os recursos provenientes da operação de crédito, objeto do financiamento serão consignados como receita no orçamento ou em créditos adicionais.

Art. 4º O orçamento do Município consignará, anualmente, os recursos necessários ao atendimento da parte não financiada do Programa e das despesas relativas à amortização de principal, juros e demais encargos decorrentes da operação de crédito autorizada por esta Lei.

Art. 5º Fica revogada a Lei Municipal nº 3.756, de 1º de junho de 2011.

Art. 6º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL, EM 27 DE JULHO DE 2011.

GIL MARQUES FILHO
Prefeito



PROJETO DE LEI Nº 0087-11, DE 27 DE JULHO DE 2011.

JUSTIFICATIVA

Estamos enviando a Vossas Excelências o projeto de lei que autoriza o Poder Executivo a contratar financiamento junto ao Banco o Brasil S/A, no valor de R\$ 113.082,00 (cento e treze mil e oitenta e dois reais), para aquisição de computadores portáteis educacionais, através do Programa PROUCA – Programa Um Computador Por Aluno, instituído pela Lei nº 12.249, de 14 de junho de 2010, que tem por objetivo promover a inclusão digital pedagógica e o desenvolvimento dos processos de ensino-aprendizagem de alunos e professores das escolas públicas brasileiras.

O PROUCA integra planos, programas e projetos educacionais, de tecnologia educacional e de inclusão digital, vinculando-se às ações do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), e do Programa Nacional de Tecnologia Educacional (ProInfo), Decreto nº 6.300/2007.

Saliente-se, ainda, que com a edição do Decreto nº 7.243, de 26 de Julho de 2010, regulamentou-se o PROUCA e o Regime Especial de Aquisição de Computadores para Uso Educacional, permitindo, dessa forma, que Estados, Municípios e o Distrito Federal adquiram computadores portáteis novos, para uso nas redes públicas de educação básica.

No âmbito do Município de Itaqui, o projeto piloto de instalação, dos Laptops Educacionais, adquiridos através do PROUCA, será implementado na Escola Ulisséia Lima Barbosa.

De outra banda, estar-se-á revogando a Lei Municipal nº 3.756, de 1º de junho de 2011, com o mesmo objetivo, tendo em vista que a referida legislação estipulou como agente financiador o BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Social, no

PREFEITURA DE ITAQUI - RS



GABINETE DO PREFEITO

entanto, devido a existência da agência do Banco do Brasil, no município, que pode realizar o mesmo procedimento, torna-se célere o encaminhamento administrativo do financiamento e rápida a liberação dos recursos através da agência local.

Essas, as razões que justificam o presente anteprojeto.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL, EM 27 DE JULHO DE 2011.

GIL MARQUES FILHO
Prefeito